



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Reunião de Debates	Nº: 0641/06	DATA: 16/5/2006
INÍCIO: 16h27min	TÉRMINO: 18h53min	DURAÇÃO: 02h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h26min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO GLAUBERTO BEZERRA - Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

MAURÍCIO KUHENE - Diretor do Departamento Penitenciário Nacional.

ROBSON ROBIN DA SILVA - Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SUMÁRIO: Debate sobre a situação da segurança pública no País.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.

Há intervenção fora do microfone inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, convocada para debater a situação da segurança pública no País, em especial os recentes atos de violência promovidos pelo crime organizado nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, que resultaram na morte de civis, agentes de segurança e detentos.

Informo a todos os presentes que o Presidente da Casa, Deputado Aldo Rebelo, encontra-se reunido com o Colégio de Líderes e alguns membros desta Comissão e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, tentando encontrar alguma proposta de ações da Câmara dos Deputados para melhorar a situação. Ela deverá ser apresentada até amanhã, depois de ouvirmos, evidentemente, os Secretários de Segurança Pública.

Convido para compor a Mesa o Dr. Francisco Glauberto Bezerra, Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública; o Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; e o Sr. Robson Robin da Silva, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP, que aqui representa o Secretário Nacional de Segurança Pública.

Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. e Srs. Parlamentares, por sermos de São Paulo, eu, o Deputado Gilberto Nascimento — que, além de ser do Estado, é delegado de polícia — e a Deputada Zulaiê Cobra acompanhamos mais de perto o que aconteceu no Estado, no último final de semana. Percebemos que houve total falta de informação, o que lamentamos. Não havia o mínimo de informação na ação da segurança pública.

O que se depreende da situação que observamos é que, pelo fato de, por algum tempo, o Serviço Nacional de Informações ter sido ligado à ditadura, ao regime militar, ele é hoje totalmente desprezado. A Polícia Civil de São Paulo tem um Departamento de Comunicação Social — o DCS, que o Deputado Gilberto Nascimento conhece bem —, mas ele não serve para nada. Por outro lado, as informações obtidas pela Polícia Militar são utilizadas para desativar o comando do policiamento de trânsito, para desativar o canil etc. É para isso que são usadas as



informações obtidas pela instituição. O próprio Sistema de Informações Criminais — INFOCRIM é alimentado com dados do passado, do que ocorreu; não faz projeção de ação futura.

Portanto, lamentavelmente, afirmo, com a responsabilidade de meu mandato, que, quando as autoridades de segurança pública de São Paulo disseram que sabiam o que ia acontecer, estavam mentindo. Não sabiam de nada. Disseram que sabiam apenas para tentar encobrir a sua falta de informações.

Sr. Presidente, trago essas informações à Comissão para que ela não incida no mesmo erro das autoridades de segurança pública de São Paulo, que foram pegas de surpresa, não sabiam de nada do que ia ocorrer.

Por fim, ressalto que a ação do crime organizado hoje se sustenta na maior arma que tem, que vale mais do que um fuzil: o telefone celular. E as operadoras de telefonia celular, por sua vez, estão preocupadas apenas em comercializar, haja vista que no Dia das Mães celulares eram vendidos por apenas 1 real. As empresas estão preocupadas apenas em comercializar e não em colaborar com a segurança.

Sras. e Srs. Parlamentares, é lamentável, mas o grande problema da segurança pública de São Paulo — não sei dos outros Estados — é a falta de informação. Por causa dessa deficiência, houve todo aquele caos ontem na cidade. No final do dia, na segunda-feira, foi praticado em São Paulo inclusive o chamado crime de pânico. Com o pânico e a falta de ação das autoridades, os comerciantes acabaram fechando suas lojas, todos retornaram mais cedo para casa e a criminalidade acabou se beneficiando disso. Além disso, alguns ônibus do sistema regular foram incendiados. Chamo a atenção para este detalhe: foram incendiados ônibus do sistema regular. Nenhuma lotação foi queimada. Por quê? Porque o PCC atua no transporte de lotações.

É realmente lamentável que as informações não tenham chegado ainda aos setores da segurança pública do Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito obrigado, Deputado.

Esta Comissão, junto com a Câmara dos Deputados, pretende ouvir sugestões dos Secretários de Segurança Pública, a fim de que, se possível, possamos tomar providências imediatas para pôr em votação algumas medidas que



possam remediar o que ocorreu e evitar que a situação se repita. É isso que quer o Presidente da Casa, Deputado Aldo Rebelo.

Concedo a palavra ao Dr. Francisco Glauberto Bezerra, Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

**O SR. FRANCISCO GLAUBERTO BEZERRA** - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Militão, em nome de quem saúdo todos os componentes da Mesa; Srs. Deputados; colegas Secretários; Comandantes de Polícia Militar; Presidente da Associação de Chefes da Polícia Civil; representantes da imprensa; senhoras e senhores: o País, inequivocamente, está diante de uma crise que já se desenha há algum tempo — tem raízes não de agora — e vem deteriorando o sistema de segurança ao longo dos anos.

Em 2000 foi criado o Plano Nacional de Segurança Pública, em decorrência exatamente de uma crise, em que mártires faleceram nas mãos de bandidos. Alguns desses crimes tiveram certa repercussão, como o que vitimou Tim Lopes, que foi despedaçado, esquartejado pelo crime organizado. E agora ocorreu outro fato, como bem disse V.Exa., que causou pânico, pavor em São Paulo e reverberou em todos os quadrantes do território nacional. Diante disso, os Secretários de Segurança Pública, por intermédio do seu órgão representativo, o Colégio Nacional, convocaram reunião extraordinária para avaliar a situação.

Nós temos alguns pontos a fixar. Infelizmente, a sociedade por inteiro trata a segurança pública como se ela se resumisse numa única instituição, a Polícia, que deveria prender, impedir e evitar os delitos. Ocorre que, no sistema em que nós vivemos, há alguns controles sociais informais, sem os quais nenhuma sociedade sobrevive.

O controle social informal começa pela família, passa pela educação, é firmado pelos preceitos éticos e morais das religiões. Além disso, evidentemente há outros órgãos de controle social informal, como a imprensa, por exemplo, e o ambiente de trabalho. Na prevenção secundária, no controle social formal, há a Polícia, o Poder Judiciário, o sistema legislativo penal, o aparato legislativo, as Casas Legislativas. No controle de prevenção terciária está o processo de ressocialização dos apenados.



Todavia, a sociedade é levada a outro engano: acreditar que existem apenas violências explícitas, aquelas que se traduzem em sangue, como ocorreu em São Paulo, as quais nos dão medo e incitam o terror. Mas existem outras violências que passam despercebidas. Refiro-me às violências estruturais que estão à vista de todos. Temos pena das vítimas, mas fica por isso mesmo.

Há no Brasil, por exemplo, vítimas de hospitais, e isso está relacionado à segurança: 10% das pessoas cirurgiadas eletivamente com certeza contrairão infecção hospitalar. Inúmeras mortes ocorrem em razão da existência de remédios falsificados no mercado. Entretanto, para crimes dessa natureza, não há necessidade de arma. E há ainda outros tipos de violência: a pornografia infantil, cujas fontes estão em territórios exteriores, está permeando os lares brasileiros. Há o trabalho escravo. Em 1978, em Cuiabá, quando era policial federal, eu já perseguia praticantes de crimes dessa natureza.

O trabalho escravo e o tráfico de pessoas não produzem sangue. Portanto, não causam medo. A sociedade convive com esses crimes e não busca reprimi-los. As pessoas que cometem esse tipo de delito são respeitáveis, como o cidadão que matou várias pessoas produzindo o remédio Celobar, ministrado a doentes que fariam exames, o que os levou a óbito. Essa é a violência silenciosa. A sociedade brasileira diz: *“Não, essa é a vida que me tocou viver, e assim vou vivendo, com dificuldades”*. Mas sofre a todo instante ações do crime organizado, que se entranha de maneira tão forte, firme e profunda no seio social que não temos a percepção da sua interferência em nossas vidas.

No Brasil, para termos uma idéia, a legislação penal não tem uma definição, uma tipologia para o tráfico de pessoas humanas. Os operadores do Direito têm de fazer um verdadeiro exercício de abstração para conseguir levar às grades os culpados por delitos dessa natureza.

Essa situação nos leva a outro engano, que tem de ser descortinado: nossa visão de direitos humanos, que parece estar profundamente defasada. Não existem apenas os direitos humanos de primeira geração, que preservam as liberdades individuais, mas também os de segunda geração, surgidos com o nascedouro do Estado social. Há direitos humanos representados pelos direitos coletivos e pelos



direitos difusos — no caso, atingidos pelo crime organizado. Exemplo desse tipo de direito é a preservação do meio ambiente.

Peço permissão para dizer que todas as vezes que alguém vai preso é um “anjo de candura com coração de rapadura” — é um dizer nordestino. Nada fez, nada aconteceu, não tem culpa. Para ele, todas as benesses. Entretanto, no Brasil, as vítimas do delito não merecem proteção alguma. E a polícia tem que conviver com a pressão da vítima sem poder protegê-la, seja no aspecto civil, seja no aspecto processual. Se uma mulher é estuprada, fica com sua vida totalmente acabada. Primeiro, não consegue proteção sanitária adequada e imediata para prevenir doenças como a AIDS; segundo, é atendida por um delegado — às vezes, por uma delegada —, mas a própria lei impede que a vítima seja compromissada, porque se espera que ela diga sempre inverdades; terceiro, se ela for casada, o casamento acaba. Nenhuma proteção ela terá.

E o que dizer dos órfãos? O que dizer das crianças que não têm o que comer? O que dizer dos filhos dos policiais assassinados em São Paulo, no meio da rua, no exercício da defesa dos direitos humanos da sociedade? E o que dizer dos filhos dos civis, dos transeuntes, dos cidadãos, que apenas queriam viver?

Aqui viemos, juntos, rogar a V.Exas. que, ouvindo a nós, que representamos a voz da experiência direta com os dramas humanos, aproveitem esta oportunidade histórica para continuarem preservando as liberdades democráticas individuais fixadas na Revolução Francesa e no estado gendarme, mas também protejam a população, a cidadania, fixando, efetivamente, a visão de proteção integral da sociedade e dos direitos humanos.

Afinal, nós adquirimos direitos humanos porque nascemos seres humanos. Não pode prosperar a idéia de que direitos humanos são exclusivos de estamento social. Tampouco pode prosperar a idéia de que só o Estado lesa direitos humanos. Até este instante, não ouvi ninguém mencionar os policiais mortos na defesa dos direitos humanos da sociedade. Também eles são humanos e têm sentimentos.

A estrutura de segurança pública a nós nos parece ser a primeira linha de defesa dos direitos humanos da sociedade. A polícia, que deve ser composta de pessoas vocacionadas para tal missão, protege, com o risco da própria vida, a



saúde, a vida, a liberdade, o patrimônio, enfim, protege a paz, vela pelo sono tranqüilo da sociedade.

Sr. Presidente, diante da crise instalada, nós, Secretários do Brasil, nos reunimos e aqui viemos solicitar medidas urgentes, ou o apoio a elas, para agora e para logo.

Apesar do trabalho desenvolvido pela SENASP e apesar dos esforços do Ministro, cada vez diminuem os valores orçados para a segurança pública em âmbito nacional. Apesar dos esforços de todos os Secretários, em conjunto com o Secretário Nacional, as verbas continuam sendo contingenciadas e os especialistas nas questões econômico-financeiras não são ouvidos.

O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, deu início a PEC buscando evitar que verbas para a segurança pública — direito humano fundamental, porque sem segurança nenhum país prospera — sejam contingenciadas. Já basta o prejuízo que tem a Nação brasileira com a violência que perpassa todos os quadrantes nacionais. Nós perdemos mais de 10% do PIB nacional com a violência.

É preciso que algumas medidas sejam tomadas para coibir a violência. Nós, Secretários, na condição de cidadãos que diariamente sofremos a violência, solicitamos, humildemente, aos nossos representantes maiores, que isso seja feito.

Existem problemas no sistema penitenciário, e apesar disso estão contingenciados recursos de grande monta — caberá ao Secretário da área citá-los —, os quais poderiam pelo menos minorar tais problemas. Temos notícias de que o FUST dispõe de 6 bilhões de reais, dos quais nunca foi aplicado 1 só centavo.

Verificamos que nossa legislação de execução penal não tem sido consonante com a realidade brasileira. A nós nos parece que, independentemente de cumprirmos a lei que determina que os presos sejam tratados com dignidade, corremos o perigo de, como disse o saudoso Presidente da Comissão de Prevenção ao Crime e de Ressocialização, Manoel Lopes Rey, dar toda a proteção àqueles que aviltam os direitos humanos, torturam, matam e estupram e deslembrar as vítimas desprotegidas.



Trazemos a V.Exas. algumas solicitações para que possamos contribuir minimamente com a elaboração de um novo aparato legislativo e pedimos apoio às medidas sugeridas no âmbito do Executivo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - A Presidência agradece ao Sr. Francisco Glauberto, Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública, a sua participação.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, de que Estado é o Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra o Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional.

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, senhoras e senhores, órgãos de imprensa, aqui estamos reunidos para debater um assunto que realmente assola o Brasil de norte a sul e de leste a oeste.

Enfrentaram alguns Estados a desdita de mais uma vez contabilizarem terríveis episódios de motins e rebeliões em seus estabelecimentos penais.

Quando fomos convidados a comparecer a este evento, procuramos nos acautelar no sentido de termos a real dimensão do ocorrido nos Estados da Federação onde houve rebeliões em presídios. Quanto aos informes de que dispomos, não os cito aqui por grau de importância, mas antes procurando situar-me geograficamente em relação às unidades da Federação em questão.

No Estado do Paraná, houve algumas rebeliões em cadeias públicas. O Estado é dotado não apenas de estabelecimentos penais propriamente ditos — vale dizer penitenciárias e colônias penais agrícolas, ou uma colônia penal agrícola ou industrial —, mas de inúmeras cadeias públicas. Eu ousaria dizer que existem no Paraná mais de 2 centenas de cadeias públicas.

A Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, estabelecimento para 350 presos provisórios, detinha mais de 800 presos. Também as cadeias públicas de Cascavel, Campo Mourão, Assis Chateaubriand e Toledo, observadas as devidas proporções, estavam todas em condições de superlotação.





Felizmente, as notícias obtidas dão um certo grau de tranqüilidade ao Estado do Paraná nesse aspecto. As rebeliões ocorridas foram de pronto debeladas, naturalmente por todo um trabalho desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado — talvez esteja aqui presente algum representante do Paraná, mas não vejo seu Secretário.

O Estado de São Paulo foi palco de rebeliões em aproximadamente 72 unidades penais, entre penitenciárias e centros de detenção provisória, enfim, unidades vinculadas diretamente à Secretaria de Administração Penitenciária. Os números contabilizados nesse Estado são extremamente lamentáveis, e, afora policiais — civis e militares — e presos, outras pessoas que absolutamente nada tinham a ver com o problema vieram a sofrer a violência que ali imperou.

No Estado de Mato Grosso do Sul houve rebeliões em 4 cidades. Se não me equivoco — e o nobre Secretário aqui está para me corrigir —, são elas: Dourados, Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá.

Ali também, felizmente, a despeito dos episódios lamentáveis, só se registrou uma morte, número diminuto se comparado ao de São Paulo. Houve, contudo, danos materiais de expressiva monta. Sobre isso já conversamos com o Secretário do Estado e estamos mobilizando equipe do Departamento Penitenciário Nacional para ver de que forma poderemos ajudar o Estado.

As informações detalhadas pelos órgãos de imprensa nos dão conta de que o conjunto dessas ações foi articulado pelo PCC, que se ramifica por diferentes unidades da Federação — eu não ousaria nominar esta ou aquela, haja vista a peremptória negação quanto à influência do PCC por parte das autoridades públicas nas cidades onde houve rebeliões. De qualquer sorte, foram ações que podemos dizer orquestradas e comandadas pelo famigerado aparelho que é hoje nosso companheiro 24 horas por dia, o celular. Na realidade, devemos reconhecer que ainda não se encontrou meio eficaz de debelar seu uso dentro dos estabelecimentos penais.

Muitos questionamentos poderão ser feitos em relação aos bloqueadores de celulares. Salvo engano, segundo informações repassadas pelas Secretarias que cuidam da questão prisional, apenas 3 Estados dispõem de algum sistema bloqueador de celulares, e apenas em alguns estabelecimentos. Basta dizer que,



das 144 unidades penais contabilizadas em São Paulo, apenas 8 têm instalado sistema bloqueador de celulares.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E, mesmo assim, são bloqueadores parciais.

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** - Perfeitamente. Além do que, temos informações de que esses bloqueadores já estão obsoletos: devido às novas tecnologias de transmissão, não funcionam bem. Não ousou entrar em detalhes acerca do assunto, por desconhecê-lo, mas, ao que se sabe, bloqueadores de celulares, cujo preço oscila de 70 a 150 mil — há informes de que podem chegar a 500 mil reais —, têm se mostrado totalmente inoperantes.

Por provocação do Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça que eu integro, acolheu um pleito e o transformou em anteprojeto de lei, já em trâmite, com o objetivo de fazer com que as empresas de telefonia celular, por imposição da ANATEL, e naturalmente sob sanções a serem combinadas, sejam obrigadas a, de conformidade com as áreas delimitadas pelos órgãos de segurança — Secretaria de Segurança Pública, de Justiça ou de Administração Penitenciária —, impedir o funcionamento de celulares nos estabelecimentos penais.

Isso deverá acontecer tanto em áreas sob o controle dos Estados quanto naquelas controladas pela União, que, a partir do mês que vem, inaugurará a primeira unidade do Sistema Penitenciário Federal, a Penitenciária Federal de Catanduva, no Estado do Paraná. Estados e União, respectivamente, em conformidade com os reclamos, indicarão os estabelecimentos nos quais o uso do celular deverá ser inviabilizado.

Não que não existam fórmulas para todas as situações que a vida nos engendra, mas, momentaneamente, a única que estamos alvitando como possível é essa, porque — repito — os bloqueadores não funcionam.

Alguém lembrará a possibilidade de vedar-se a entrada de aparelhos celulares nos estabelecimentos penais. Essa possibilidade teoricamente existe, mas, na prática, não pode ser viabilizada. Sabemos que os celulares não caem do céu. Sabemos que eles ingressam nos estabelecimentos penais por força do próprio



homem. Infelizmente sabemos também — e a realidade de nossos Estados está a demonstrar — que é insuficiente o número de fiscais nos estabelecimentos penais.

Assim, por falta de fiscalização tem ocorrido a maior parte do trânsito de celulares nos estabelecimentos penais. Uma pequena parte desse trânsito — talvez até irrisória —, no entanto, se dá, infelizmente, com a participação de funcionários do próprio sistema prisional.

A proibição existe e é válida, mas não eficaz, dado o número de funcionários com que contam as unidades do sistema prisional e as cadeias públicas. Basta ver o caso da Cadeia de Foz do Iguaçu, que, com capacidade para 350 presos, guarda mais de 800 presos. Quantos policiais que não são nem agentes penitenciários estão a guarnecer ou a fiscalizar aquele estabelecimento? Nos dias de visita, na proporção de 3 pessoas por preso, são mais de 2 mil homens adentrando o local. O Presídio Aníbal Bruno, em Pernambuco, abriga mais de 4 mil presos. Em dias de visita, mais de 12 mil pessoas acorrem ao estabelecimento. O Estado não está convenientemente aparelhado em termos de pessoal para fiscalizar com eficácia o ingresso dos aparelhos celulares.

Por isso, a medida em discussão — não que seja a fórmula mágica, absolutamente, porque esse condão nenhum de nós há de ter — é obrigar as empresas de telefonia a, em conformidade com o que Estados e União indicarem, por meio de tecnologia adequada, impedir os sinais nesta ou naquela unidade.

De parte da União, em especial do Departamento Penitenciário Nacional, o que estamos procurando fazer também — e é um projeto encampado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos desde que assumiu o Ministério da Justiça — é desenvolver o Sistema Penitenciário Federal. Trata-se de um sonho que hoje se concretiza, mas que foi determinado, nos idos de 1984, na Lei de Execução Penal, quando se estabeleceu que a União deveria construir estabelecimentos penais, inicialmente para presos com condenação que suplantasse a casa dos 15 anos.

Mais tarde, reformas legislativas deram o atual perfil do preso destinatário daquele estabelecimento penal federal, que é o de alta periculosidade, que conturbe a ordem pública ou esteja com a sua vida em risco ou possa pôr em risco a vida daqueles com quem convive dentro do estabelecimento penal.



Frente a essas situações, o projeto relativo ao Sistema Penitenciário Federal se consolidará quando da construção, num primeiro momento, de 5 unidades federais, a primeira das quais — repito — deverá ser inaugurada no próximo mês, na cidade de Catanduva, no Estado do Paraná. Seqüencialmente serão inauguradas unidades em Mato Grosso do Sul; em Mossoró, Rio Grande do Norte; em Porto Velho, Rondônia; e, ainda na dependência de alguma questão a ser resolvida no que tange à delimitação da área, no Estado do Espírito Santo, haja vista que algumas áreas ofertadas por aquele Estado se mostraram às equipes de segurança que lá foram observar o terreno totalmente inadequadas à construção de penitenciária federal.

Penitenciárias federais são dotadas de todo um aparato de segurança que atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Execução Penal, com isolamento de fato — as células são verdadeiramente individuais — e solário próprio e destinam-se a atender, principalmente, condenados que possam eventualmente estar no chamado Regime Disciplinar Diferenciado.

O perfil dos condenados a serem encaminhados para esses estabelecimentos penais federais deverá ser o que se pode definir como de alta ou altíssima periculosidade. A seleção será rigorosa no sentido de realmente procurar, junto aos Estados, verificar quais são os presos que se enquadram no perfil delimitado pelo ordenamento jurídico. Terá início o processo de transferência dentro dos respectivos Estados, processo que culminará com decisão da autoridade judiciária federal.

Já obtivemos junto ao Superior Tribunal de Justiça resolução por meio da qual aquela Corte outorgou aos Tribunais Regionais Federais que viessem então a fazer as indicações dos juízes que deverão ser incumbidos da execução penal nas unidades da Federação em que esses estabelecimentos serão construídos.

Podemos também aqui agregar algumas informações sobre o Fundo Penitenciário Nacional, já amplamente debatido. Não sou afeito à área econômica e talvez cometa alguma heresia, pelo que peço antecipadamente escusas, mas creio que hoje poderíamos dizer que, em termos de reserva ou em termos de arrecadação do Fundo Penitenciário Nacional, nós temos, em tese, uma disponibilidade de cerca de 400 milhões de reais. Na prática, contudo, neste exercício, dependemos da publicação do Orçamento, embora já tenhamos obtido dados sobre de quanto



disporá o Fundo Penitenciário Nacional, bem como já sabemos que este ano os repasses serão da ordem de 167 milhões de reais.

Muito desse valor já está comprometido com restos a pagar e também já há recursos comprometidos com o Sistema Penitenciário Federal: o custo das unidades federais é bem elevado e também vamos proceder a uma reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional com os agentes penitenciários federais que já fizeram concurso — a primeira turma já foi nomeada e há cerca de 170 agentes penitenciários federais sendo treinados por um grupo especializado do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vão trabalhar, naturalmente, nesses estabelecimentos penais.

Portanto, os recursos, que, aparentemente, podem parecer muitos, são na verdade minguados. Basta dizer a V.Exas. que a disponibilidade para construção e reforma de presídios, já aí computados os comprometimentos feitos, é hoje de algo em torno de 16 ou 17 milhões de reais. O total daria cerca de 27 milhões, mas já há uma grande parcela comprometida. Ora, sabemos que com essa importância não se constrói uma única unidade prisional para 500 presos, uma vez que os custos oscilam entre 10 milhões e 18 milhões de reais, dependendo do projeto e do aparato tecnológico a ser implementado.

A escassez de recursos faz com que procuremos desenvolver todas as nossas atividades buscando ajuda junto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que ditou, no último dia 8, resolução estabelecendo as prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional — por força da Lei Complementar nº 79, que criou o FUNPEN, cabe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária indicar as prioridades, e ao DEPEN, executá-las.

De conformidade com essa linha prioritária, estamos estabelecendo toda a situação por meio da qual informaremos aos Estados como poderão solicitar ao Departamento Penitenciário Nacional os recursos respectivos.

Antes de concluir, quero dizer que o Sistema Penitenciário Nacional como um todo, ou o Sistema Prisional Nacional, como querem outros chamá-lo, detém em seus cárceres um número que se aproxima de 365 mil pessoas privadas de liberdade, quer na condição de condenados definitivos, quer na condição de presos provisórios.



Basicamente, esses presos provisórios, na maior parte das unidades, estão recolhidos em cadeias públicas, que também são estabelecimentos penais. O Sistema Penitenciário e as cadeias públicas carecem, em todas as unidades da Federação — digo isto em virtude de constatação pessoal e de nossos técnicos —, de condições as mais diversas para o seu aperfeiçoamento. Em alguns Estados o déficit é ultra-extraordinário. Para a população que estamos aqui considerando, podemos calcular um déficit de aproximadamente 120 mil vagas.

Esses dados nos são repassados mês a mês pelos Estados por meio do Sistema de Informações Penitenciárias — INFOPEN, que informa não apenas sobre as unidades penais, mas também sobre todos os aspectos relativos à criminalidade mais acentuada — se é contra o patrimônio, contra a administração pública, contra os costumes ou contra a vida. Sabemos todos que os praticantes de crimes contra a vida e o patrimônio preponderam nos estabelecimentos penitenciários.

A criminalidade feminina é diminuta frente à masculina, correspondendo hoje a 4% do contingente de criminosos. Vários Estados têm penitenciárias femininas adequadas, mas muitos já estão carentes de vagas, dado o flagrante excesso populacional, fazendo-se necessário que a alocação de recursos seja efetivada.

Concluo dizendo que, num primeiro momento, a responsabilidade pela questão penitenciária é das unidades federativas. A União aloca e repassa os recursos de conformidade com o que é amealhado pelo Fundo Penitenciário Nacional. Devo dizer que os recursos amealhados pelo FUNPEN em 1 ano não seriam suficientes para atender às necessidades de uma unidade federativa como São Paulo, o Rio de Janeiro ou o Paraná.

Então, são recursos naturalmente repassados aos Estados, em conformidade com as necessidades que nos são expostas e por meio dos projetos respectivos. A partir daí viabilizamos os estudos para que os recursos possam ser alocados e encaminhados às unidades.

Eram as observações primeiras, não me furtando a quaisquer outros esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Tem a palavra, Deputado Raul Jungsmann.



**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento. O convite que recebemos para esta reunião noticiava a presença do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Secretário da SENASP. Gostaria que V.Exa. nos informasse se as autoridades comparecerão ou se, sendo impossível, haverá alguma justificativa.

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Obrigado, Deputado Raul Jungsmann. O Ministro Márcio Thomaz Bastos informa que, tendo em vista o convite ter sido feito ontem, não havia espaço em sua agenda para estar aqui hoje. O Presidente Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados, ainda se encontra em reunião com o Colégio de Líderes, mas deve comparecer a esta reunião.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - E o Secretário da SENASP, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - O Secretário da SENASP está no exterior e chegará amanhã. Temos o Dr. Robson Robin da Silva, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP.

Quero registrar a presença das seguintes autoridades de segurança pública dos Estados: Sr. Dejair Vicente Pinto, de Santa Catarina; Sr. Alexson Sueide Rabelo Mamed, de Roraima; Sr. Raimundo Ferreira Marques, do Maranhão; Dr. Francisco Sá Cavalcante, do Amazonas; Dr. Manoel Santino Junior, do Pará; Dr. Alysio Franco de Oliveira, de Mato Grosso do Sul; coronel Marcondes Rodrigues Pinheiro, Comandante Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte; Dr. Raimundo Nonato Leite Barbosa, Secretário de Segurança do Piauí; coronel Edvaldo Marques Lopes, Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí; Dr. Pedro Rodrigues Gonçalves Leite, do Amapá; general Edson Sá Rocha, Secretário de Segurança Pública da Bahia; coronel Ronaldo dos Santos, Secretário de Defesa Social de Alagoas; Delegado Robervaldo Davino da Silva, de Alagoas; Delegado Décio Aguiar, do Ceará; tenente-coronel José Carlos Trindade Lopes, Secretário Executivo do CONSESP; Nelson Werlang Garcia, do Distrito Federal; Juliano Bacarin, do Amazonas; e Dr. Evaldo França Martinelli, do Espírito Santo.

A Presidência passará a palavra ao Deputado José Otávio Germano, Presidente da Subcomissão Especial de Políticas de Segurança Pública.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Dentre as autoridades presentes, quero registrar o nome do Delegado-Geral de Polícia do Amapá, Dr. Paulo César, e do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, coronel Abel Lindemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Fica registrado.

Com a palavra o nobre Deputado José Otávio Germano.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ OTÁVIO GERMANO** - Minha saudação ao Presidente da Comissão, Deputado José Militão, e aos demais Parlamentares presentes. Cumprimento os Secretários de Estado de Segurança ou de Justiça e os representantes das Secretarias Estaduais. Minhas saudações aos representantes da Secretaria Nacional de Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e, em especial, ao Secretário da Segurança do Rio Grande do Norte, Dr. Bezerra, na pessoa de quem saúdo todos os Secretários e representantes presentes.

Tive a oportunidade e a honra de durante 3 anos e 3 meses estar à frente da Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul. Concluí meu trabalho no mês de março próximo passado, quando, por exigência da legislação eleitoral, retornei à Câmara dos Deputados, onde tenho a honra de estar ao lado de figuras ilustres, principalmente dos membros desta Comissão de Segurança Pública, os quais não vou nominar, mesmo porque são personalidades conhecidas em todo o País.

Minha manifestação será rápida. Na verdade, esta oportunidade é fruto de uma reunião de Líderes desta Casa com Deputados que fazem parte desta Comissão, sob a Presidência do Deputado Militão, na qual se externou ao Presidente e ao Colégio de Líderes a vontade e o desejo da Câmara dos Deputados de poder de alguma maneira participar de decisões tão importantes e necessárias ao País.

Quero que fique registrado que sou membro de uma Subcomissão específica criada na Comissão de Segurança Pública que visa debater e discutir a estrutura da segurança pública a fim de buscar o que me parece mais importante e essencial: as fontes de financiamento para a segurança pública no País.





Da Subcomissão participa, na condição de Relator, o Deputado Alberto Fraga, especialista na matéria, o que nos dá a certeza de que haveremos de produzir resultados positivos.

É fato que passamos por uma crise institucional no País, especificamente em alguns Estados, a exemplo do que acontece em São Paulo. Para quem atua na área, Sr. Presidente, esses acontecimentos não são novidade. Se perguntarmos aos Secretários de Segurança, de Justiça ou de Administração Penitenciária algo sobre os recentes ocorridos, a grande maioria, senão a totalidade, vai dizer que não há qualquer elemento novo que os surpreenda, pois todos os dias essas autoridades têm talvez a mais difícil das responsabilidades estaduais, o gerenciamento da área da segurança pública.

Minha experiência na condição de Secretário — agora voltando à minha cadeira de Deputado Federal, depois de 3 anos e 3 meses à frente da Secretaria da Segurança do Rio Grande do Sul — remete-me a um raciocínio muito simples: a segurança pública neste País não é e nunca foi tratada como prioridade. A grande realidade é essa.

Despartidarizando e desideologizando o debate, enfim, retirando dele as circunstâncias político-partidárias e a proximidade do pleito, poderemos fazer um debate estrutural sobre a segurança pública neste País. De todas as políticas públicas sociais, a segurança pública é a mais maltratada pelos Governos que se sucederam à redemocratização do País. Não é uma crítica em relação a este ou aquele Governo. A realidade é que, para outras áreas de atuação, os Governos souberam ao longo do tempo buscar fontes de financiamento, a exemplo das áreas de saúde, educação, transportes e agricultura.

A segurança pública vive, sob meu ponto de vista, a maior das contradições deste País: ao mesmo tempo que nós da área da segurança somos apontados em todas as pesquisas de opinião pública como os mais requisitados, os mais solicitados, os mais cobrados — e falo dos Secretários de Segurança, dos comandantes da Polícia Militar, dos chefes de polícia e das suas estruturas — pela sociedade e pela imprensa, como se originasse das polícias o problema estrutural da segurança brasileira, somos os únicos que não possuímos um Ministério definido no âmbito político.



Alguns dizem que não é importante um Ministério a mais ou um Ministério a menos, mas é importante, sim. Sabemos que a concentração de recursos em Brasília faz com que exista uma disputa política legítima entre as mais diferentes áreas e os mais diferentes Ministros na busca desses recursos.

Sabemos, também, que a segurança pública é da competência do Ministério da Justiça e, por mais esforço que façam — a SENASP é atuante, assim como o DEPEN —, essa Pasta cuida prioritariamente da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, haja vista os orçamentos. Enquanto a SENASP possui um orçamento de 350 milhões de reais, a Polícia Federal, meritoriamente, conta com recursos da ordem de 2,5 bilhões de reais, orçamento igual ao destinado à Polícia Rodoviária. O Departamento Penitenciário possui um orçamento de 300 e poucos milhões.

Por favor, permitam-me saudar a presença do Deputado Michel Temer, sempre Presidente desta Câmara.

Não há a figura institucional de um Ministério encarregado das políticas públicas sociais, e a segurança pública, Sr. Presidente, é a única que não possui receita vinculada na Constituição e depende exclusivamente dos orçamentos da União. Não adianta querer dizer que é atribuição dos Estados a elaboração das políticas de segurança pública porque os Estados estão pré-falidos. Os Estados passaram a ser pagadores — e pagam mal — das folhas das nossas polícias e mantenedores do custeio da área da segurança pública, via de regra com grande dificuldade.

Cito o exemplo do orçamento da Secretaria Nacional da Segurança Pública, competentemente dirigida pelo Delegado Luiz Fernando, que, sem recursos, nada pode fazer, pois seu orçamento de 400 milhões foi contingenciado uma vez em abril e outra vez em agosto de 2005, chegando ao final do ano à execução orçamentária de 111 milhões de reais. Esse valor será dividido pelos 27 Estados brasileiros para que as polícias recebam treinamento, qualificação, possam comprar viaturas, armamentos, equipamentos, enfim, investir em inteligência policial. Quer dizer, de 400 milhões orçados houve uma execução de 111 milhões de reais, para uma população de 180 milhões de brasileiros, o que nos remete a um cálculo muito simples, que eu tenho feito no âmbito desta Comissão. Talvez o resultado nos



explique essa situação. Repito e insisto que não é um problema relacionado a este Governo apenas, para que as minhas palavras não signifiquem crítica ao atual Governo Federal, pois a situação não era diferente nos outros Governos Federais. Façamos os cálculos: 180 milhões de brasileiros e 111 milhões de investimentos nas polícias estaduais, civis e militares. O resultado revela que o País gastou 0,61 centavos por brasileiro durante o ano de 2005. Isso é inaceitável! É a explicação natural da crise na segurança pública.

Por mais que se tente explicar as causas da insegurança, muitas delas evidentemente associadas às questões sociais — e todos estamos cansados de saber que se falta educação, falta saúde, falta emprego, falta tudo, as mazelas desembocam na segurança pública — dos Secretários de Segurança, comandantes da Polícia Militar e chefes de polícia são cobradas respostas que muitas vezes não são dadas e não podem ser dadas em razão da falta de recursos.

É responsabilidade do País, pela via do Ministério da Justiça, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, mudar essa situação.

Não vou entrar em detalhes sobre a reunião que fizemos no Colégio de Líderes, até mesmo para que o ex-Governador Fleury, com a experiência de membro do Ministério Público e com a competência permanentemente colocada a serviço do nosso País, possa fazer relato mais minucioso sobre as discussões que travamos juntamente com o Deputado Fraga e tantos outros. Não é mais possível que o País continue a tratar da segurança pública forçado pelas crises.

O atual quadro de São Paulo é o mesmo verificado na Rocinha há 1 ano ou na Baixada Fluminense há 6 meses. Não podemos tratar as questões relacionadas à segurança pública apenas sob a pressão dos momentos de crise, pois, em verdade, não se produz nesse ambiente um debate estrutural da área. É inaceitável tratar a área da segurança pública de forma amadora, tal como ocorre hoje, assim como se fazem as cobranças aos policiais, agentes da Polícia Militar ou servidores dos quadros dos presídios.

A minha manifestação, Sr. Presidente, é a de quem estava há 1 mês do outro lado do balcão, onde estão hoje os Secretários Estaduais de Justiça, de Defesa Social, de Segurança, os comandantes da Polícia Militar, os chefes de polícia, enfim, aqueles que não sabem mais para onde correr. Correm para o Governador, mas



este não tem dinheiro para ajudar; correm para Brasília, mas Brasília não trata a segurança pública como deveria. Esta minha manifestação não é de desesperança, mas de constatação realística, com números e dados. Não é subjetiva, não se trata da minha opinião, o que penso ou entendo. Ela mostra números absolutos, concretos, verdadeiros e legítimos. Não são dados de 20 ou 10 anos atrás, mas do ano passado.

Isso pode servir para que o Governo Federal, especialmente o Presidente da República, e todos nós, solidariamente, possamos tratar a segurança pública com a devida atenção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - A Presidência agradece ao Deputado José Otávio Germano as palavras.

Registro a presença do Dr. Omar Amorim, Secretário da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra ao Deputado Fleury, que vai fazer um relato da reunião de que participou há pouco com o Presidente da Câmara dos Deputados e o Colégio de Líderes.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, antes de mais nada, quero saudar os Secretários de Segurança e os comandantes da Polícia Militar que aqui se encontram.

Em primeiro lugar, quero dizer que, por determinação do Deputado José Militão, Presidente desta Comissão, conversamos com alguns Deputados — não foi possível conversar com todos — e hoje, na condição de Vice-Líder do meu partido, participamos da reunião dos Líderes da Casa para tratar daquilo que pode ser feito ante os problemas ocorridos no Estado de São Paulo, que se espalharam para outros Estados da Federação.

Li o documento produzido pelo Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública e constato, eu diria, com um misto sentimento de solidariedade e cansaço, que os problemas são recorrentes, porque a segurança pública é o patinho feio das políticas sociais neste País.

Criou-se o Ministério da Pesca, mas não se criou o Ministério da Segurança Pública. Desde 1999, quando cheguei a esta Casa, defendo, juntamente com o



Deputado Alberto Fraga e vários outros, a criação do Ministério da Segurança Pública, órgão capaz de centralizar os esforços, direcionar as políticas de segurança e construir um currículo mínimo para formação de policiais no Brasil. Infelizmente, Deputada Zulaiê Cobra, de quantas e quantas lutas participamos nesse afã, mas vemos que nada aconteceu.

Na condição de Parlamentar independente, qualquer que seja a posição do meu partido, sem querer politizar a questão, só vou apoiar na próxima eleição de Presidente da República alguém que assuma publicamente o compromisso de criar o Ministério da Segurança Pública. Não dá mais! Chegamos a um ponto terrível!

Vejo que várias das manifestações dos senhores coincidem com alguns pontos que apresentamos. O Deputado Alberto Fraga ficou encarregado, juntamente com o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, de fazer o levantamento dos projetos em andamento. Mas isso em dezembro, na crise anterior.

Frustrai-me muito após a morte do Prefeito Celso Daniel. Discutimos exaustivamente medidas de segurança pública. Fui o Relator na área de processo penal, propusemos substitutivos, debruçei-me sobre tema, mas sequer houve um projeto.

Em várias outras ocasiões os senhores vieram a Brasília e saíram da mesma forma que chegaram, sem qualquer centavo a mais para os seus Estados e, provavelmente, irritados com a perda de tempo.

A segurança pública tem que ser encarada seriamente neste País, e não de forma amadora, com bem disse o Deputado José Otávio Germano.

Estamos diante de uma situação emergencial. Estava em São Paulo nesse final de semana. Confesso aos senhores que nem em meus mais terríveis pesadelos poderia supor que iria acontecer o que lá se verificou nos últimos 3 dias.

Não adianta verba se não houver política de segurança pública. Podem inundar a área de recursos, mas de nada adiantará se não houver política de segurança.

Fui informado agora de que o Secretário Nagashi Furukawa está admitindo em entrevista que fez acordo com o PCC para acabar com os motins.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Acabei de receber a informação, Deputada Zulaiê Cobra. Também não acreditei, mas me informaram que ele admitiu isso em entrevista coletiva.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - A informação que tenho é a de que não há qualquer tipo de acordo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Disse ele que autorizou a compra de TVs pelos presos para instalação em áreas comuns do presídio e visita íntima aos que cumprem pena sob o Regime Disciplinar Diferenciado.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Mas não para os de segurança máxima. Não para o caso do Marcola.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Está aqui: Regime Disciplinar Diferenciado só existe em presídio de segurança máxima.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Mas V.Exa. concorda comigo que a culpa não é só da Justiça? Quero saber o que fez o juiz que está lá não deixando Marcola ir para a segurança máxima.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Não estou querendo entrar nesse assunto.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Mas há um juiz por trás disso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY** - Repito, não estou querendo entrar no assunto, apenas estou trazendo a notícia, porque fui informado agora. O Secretário está admitindo isso, o que é algo gravíssimo.

Voltando ao assunto que nos interessa e que vai ser objeto do meu pronunciamento no Plenário daqui a pouco — e não é a primeira vez —, existem alguns pontos fundamentais que poderíamos aprovar em regime de emergência, a exemplo do relativo aos celulares nos presídios. Não me conformo — e apresentarei projeto de lei para que seja incluída na Lei Geral das Telecomunicações a obrigatoriedade de as operadoras bloquearem celulares em presídios — que tenhamos chegado a esse ponto. Se em banco ninguém entra sem mostrar o telefone celular, por que entram tantos celulares nos presídios do Brasil? Essa conduta merece ser contemplada como falta grave.

Outro ponto é a revista de pessoas. Todos têm que ser revistados, do Governador do Estado aos advogados e funcionários. Ninguém pode entrar em



presídios sem ser revistado. Advogado que não quiser ser revistado também não pode viajar de avião, porque, para entrar na aeronave, ele se submete a revista. Por que não se submete a revista para entrar em presídios? Então, não pode viajar de avião. Qual a diferença entre uma revista e outra?

Deve haver punição e criminalização por motim e revolta, porque tentativa de fuga é uma coisa, destruir a cadeia é outra. Motim e revolta em cadeias devem ser punidos como crimes autônomos.

Agravação das penas dos crimes praticados contra agente de autoridade. Isso já foi aprovado nesta Casa e tramita no Senado. Trata-se de projeto de minha autoria tornando qualificado o crime praticado contra policial ou agente de autoridade.

O regime diferenciado não pode ter limite de tempo para determinado tipo de preso, caso contrário ocorre o que estamos testemunhando hoje no caso do Fernandinho Beira-Mar, que ficou 360 dias e agora está fazendo milhagem pelo Brasil, porque não tem onde ficar.

Há também uma discussão a respeito da Lei dos Crimes Hediondos que está afetando todo o sistema prisional.

De qualquer forma, Sr. Presidente, na reunião com o Colégio de Líderes ficou decidido que os Deputados Alberto Fraga e Luiz Eduardo Greenhalgh encaminharão sugestões para votação de 4 ou 5 projetos. E S.Exa., o Presidente José Militão, em conjunto com o Presidente da CCJC, Deputado Sigmaringa Seixas, vão listá-los o mais rapidamente possível.

Peço ao Presidente, se possível for, que amanhã coloquemos em pauta para votação os projetos que estiverem prontos, a fim de que, rapidamente, possamos levar adiante essa situação.

Era o que tinha a relatar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - A Presidência concederá a palavra, por 3 minutos, aos Deputados inscritos. Falará primeiro o Deputado Josias Quintal; em seguida, o Deputado Alberto Fraga, na condição de Relator da Subcomissão Especial de Segurança Pública; por fim, o Deputado Antonio Carlos Biscaia.



Deputado Josias Quintal, tem V.Exa. a palavra, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, o tempo é muito curto. Vamos tentar sintetizar. Minha fala vai expressar certo cansaço com tudo isso. Trinta e oito anos de polícia, 4 na condição de Deputado. Enfim, estou bastante à vontade para falar o que quero com relação a todos esses aspectos. Já participei de milhares de reuniões, muitas das quais não nos levaram a lugar algum. Então, não vou estender-me, apenas quero fazer algumas indagações e falar de obviedades e perplexidades.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Deputado Josias Quintal, um momento. Estou com o Secretário Nagashi Furukawa ao telefone. S.Exa. disse que não fez acordo algum com o PCC e vai processar quem fizer essa afirmação. Não é verdade. O Secretário acabou de dar uma grande entrevista em São Paulo e afirmou que não fez acordo nem em relação a visitas íntimas, nem sobre compra de televisores. S.Exa. está ao telefone comigo e disse que alguém que falar algo nesse sentido vai ser processado. S.Exa. está ouvindo minha fala. Estou em reunião na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Deputado Fleury acabou de citar... Não sei transformar a ligação em viva-voz. Alguém sabe?

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, V.Exas. têm o meu testemunho.

**(Não identificado)** - Vamos, Deputada Zulaiê Cobra, levar a Comissão até lá, para saber o que ocorreu.

**A SRA. DEPUTADA ZULAIÊ COBRA** - Sr. Presidente, era só isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Ficam registradas as palavras da Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, essa notícia é boa. Minhas indagações, falando de obviedades e perplexidades, são as seguintes: por que até hoje não se regulamentou o art. 144 da Constituição, que se refere à segurança pública? Ele estabelece em seu § 7º:

*“A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”.*

E a Constituição é de 1988.





Por que, passados 15 anos da Lei dos Crimes Hediondos, não foram ainda disponibilizadas para o País, para os Estados, as unidades prisionais para recolher criminosos de alta periculosidade, que possam colocar em risco a ordem pública? Por que, Sr. Presidente, a manutenção no Brasil de um modelo de aparelho policial que apresenta as mais baixas taxas de elucidação de crimes do mundo?

Duas polícias que trabalham separadas são duas meias polícias que infringem diariamente o texto da própria Carta Maior, pois ambas ora utilizam o serviço reservado para investigação, ora utilizam grupamentos uniformizados, até mesmo fardados, para as suas operações, evidentemente complementando a deficiência do próprio modelo da legislação. Não quero culpá-los por isso, mas sim dizer que infringem sistematicamente a Constituição.

Por que, Sr. Presidente, estão engavetados nesta Casa 150 projetos sobre segurança pública, que, se não me engano, continuam emperrados nos escaninhos da burocracia em razão do formalismo regimental? Será que o Presidente do Senado, o meu amigo Renan Calheiros, ou o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, ou o Presidente Lula não tem legitimidade para se manifestar sobre a questão, neste momento de crise? Será? Creio que não. Acho que eles não têm credibilidade nem legitimidade para tocar nesse assunto, dada a falta de iniciativa dessas autoridades. Todos os projetos que podem trazer melhoras ao aparelho e ao sistema policial, enfim, soluções para a violência, estão emperrados. Onde está a legitimidade de Lula para falar de segurança pública se o projeto sobre o tema que ele próprio apresentou, em 2002, em nome do Instituto da Cidadania, e de cuja discussão participaram mais de 80 notáveis, dentre os quais nosso querido companheiro Biscaia, apesar de interessante não teve curso, e o esforço ficou apenas no projeto?

E mais, Dr. Robson: a que veio essa Força Nacional de Segurança Pública? Eu acho que vamos terminar o Governo e ela não vai ser empregada.

De fato, falta vontade e coragem ao Governo para promover as reformas necessárias. Se quer criar uma Guarda Nacional, então que o faça. Se for o caso de revisão do modelo estrutural, então vamos revê-lo. É bom revermos também o art. 144 e os demais artigos da Constituição que tratam da possibilidade da atuação da União nos Estados, pois do contrário sempre estaremos à mercê da autorização ou



do acolhimento de Governadores. E não vou alongar-me mais. Minhas indagações são assim mesmo, curtas e grossas. Estou cansado de tudo isso.

Ao nosso amigo Presidente do DEPEN, Dr. Maurício Kuehne, quero apenas perguntar se os agentes penitenciários federais já nascem em piores condições. Ainda há pouco eu conversava com um grupo de agentes acerca de suas reivindicações. Eles estão colocados em plano de inferioridade, quando comparados com a Polícia Rodoviária ou com a Polícia Federal. Será que a missão deles é tão inferior assim?

São só essas indagações, por hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito bem. A Presidência agradece ao Deputado Josias Quintal as palavras indignadas e passa a palavra ao Deputado Alberto Fraga, por 3 minutos. Logo depois concederei a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, para atender ao pleito do meu colega Gilberto Nascimento, devo reiterar que, quando me referi aos advogados, dirigi-me aos advogados vagabundos, bandidos, que levam celulares aos presídios. Já que não disse isso ao microfone, estou dizendo agora.

Sr. Presidente, inicialmente quero dizer que concordo com tudo que está sendo dito aqui, mas devo dizer que a culpa também é nossa. Nós temos que fazer esta reflexão: nós somos culpados também. Só aceitamos falar de segurança pública e discutir política de segurança pública em época de eleição etc.

Digo que a culpa é nossa porque percebemos que, apesar de existir a Lei nº 9.099/95, cujo intuito é agilizar, é dar maior celeridade às ocorrências de pequeno potencial ofensivo, as duas polícias brigam entre si. Na Polícia Civil os delegados não aceitam que o policial militar faça o termo circunstanciado. Ora, como dizer que o policial militar não é uma autoridade policial? Não está escrito em lugar algum que a autoridade policial é o delegado. O Código de Processo Penal não define isso. Não define. Seu art. 4º é o que chega mais próximo do tema, Gilberto, e lá não está escrito isso. Portanto, a autoridade policial processante pode ser o delegado, mas afirmar que o policial militar não é autoridade competente não procede. É por isso que as coisas não dão certo.



Quero concordar com o que ouvi há pouco, quando discutia com o meu amigo Biscaia, que disse que não se trata apenas de investimento, que investimento é apenas um dos aspectos; o que temos de buscar é um percentual vinculado, ou o mesmo, ou um percentual menor. Se existe uma vinculação para a Saúde, se existe para a Educação, tem de existir para a Segurança Pública. Esses são os pilares básicos de qualquer sociedade do mundo.

É lamentável, infelizmente, ver o descaso dos Governos Federal e Estaduais no que diz respeito à segurança pública.

Eu quero saber por que até hoje, por exemplo, o Presidente Lula não teve a decência de pelo menos decretar luto oficial pelos 43 policiais que foram assassinados quando defendiam o Estado. Eles não estavam tomando pinga no boteco, não. Estavam defendendo a sociedade. Essas coisas nós precisamos lembrar.

A propósito, quero parabenizar a iniciativa de criação do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, porque enquanto não mudar a legislação, amigo Gilberto, nada vai adiantar. No meu modo de ver, em alguns Estados, à exceção do todo-poderoso São Paulo, o Secretário de Segurança Pública é como a rainha da Inglaterra: não manda absolutamente em nada, nem na Polícia Militar, nem na Polícia Civil, e isso precisa ser consertado, precisa ser resolvido, porque se a polícia passar a ter um comandante único as coisas vão começar a melhorar. Por isso, meu amigo Germano, teremos de pelo menos apresentar sugestões à Subcomissão criada com o propósito de dar respostas à sociedade, e vamos fazer isso, na condição de Relator. Vamos fazer, porque eu entendo que o descaso já está mais do que estampado.

Gastaram R\$ 560 milhões naquele malfadado e desastrado referendo. Apresentei hoje um requerimento de informação ao Ministro da Justiça sobre o destino da munição das 470 mil armas que recolheram. O Exército diz que não destruiu uma munição sequer. Onde está a munição? Quem entregou a arma deveria ter entregado alguma munição, mas não chegou nada. A Polícia Federal vai ter de explicar ao Ministro da Justiça onde foi parar essa munição.

Por tudo isso, quero dizer ao Presidente do Colégio que vamos trabalhar para fazer com que o Governo Federal entenda que a política nacional de Segurança



Pública precisa ser definida de uma vez por todas. Precisamos de um Ministério de Segurança Pública. E se Lula tiver juízo, indicará para o Ministério da Segurança Pública meu amigo Antonio Carlos Biscaia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, com nossos aplausos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Deputado Germano, autoridades que integram a Mesa, Srs. Parlamentares, Secretários de Segurança, Comandante da Polícia Militar, todos os presentes, espero que daqui a alguns meses ou daqui a um ano não estejamos novamente discutindo um problema como esse, que repousa sobre uma crise. É o que tem sistematicamente acontecido. Um garoto entra em um cinema em São Paulo e metralha várias pessoas, e aqui se prepara um pacote de leis. Depois ocorre um seqüestro de ônibus no Rio de Janeiro, e é a mesma coisa: cria-se uma Comissão Mista que propõe diversos projetos. É como se exclusivamente a alteração legislativa fosse solucionar todos esses problemas de extrema gravidade.

Concordo com V.Exa. inteiramente. Até hoje ninguém cuidou prioritariamente desse tema. Não. Ele é utilizado só eleitoralmente, e mal utilizado.

Eu vou falar da situação do meu Estado, o Rio de Janeiro. De 1982 para cá — já se passaram 24 anos — todos os Governadores foram eleitos com a promessa de que a prioridade seria segurança pública. Enganaram o povo. Elegeram-se, é verdade, mas a situação se agrava. E o Governo Federal também não assume efetivamente sua responsabilidade no tocante ao tema. Isso não é exclusivo desse ou daquele Governo, mas é o quadro que espelha a realidade, absolutamente.

Além disso, devemos entender que é indispensável que a responsabilidade seja assumida por todos nós. É nossa uma parcela dessa responsabilidade, hoje, por integrarmos o Legislativo, a quem incumbe uma dupla função: elaborar leis e fiscalizar. É o que V.Exa. está, na condição de Presidente desta Comissão, fazendo na tarde de hoje. Mas não serão apenas essas alterações pontuais que vão solucionar o problema. Não isoladamente. Elas devem ser aplicadas dentro de um contexto. O Legislativo assume sua parcela, o Executivo federal assume a sua, assim como também os Estaduais — mas insisto: sem disputa de natureza política.



Certa vez 5 Ministros foram ao Rio de Janeiro em um daqueles momentos de grave crise. A Governadora tinha de expedir ofício para solicitar o emprego de forças federais, mas recusou-se, com medo de que isso fosse utilizado na campanha eleitoral. Da mesma maneira agiu o Governador de São Paulo: recusou-se. Quer dizer, há irresponsabilidade nesses gestos de recusa, como será irresponsabilidade também se alguém da Oposição estadual utilizar-se eleitoralmente disso no programa eleitoral em outubro, ou seja, alegar que o Governador solicitou auxílio federal. Então, essa é uma disputa político-eleitoral negativa, sem preocupação com os cidadãos, com a segurança, que deve ser priorizada, pois se trata de uma garantia constitucional.

Temos de reconhecer essa responsabilidade — nossa, dos Executivos, do Judiciário e do Ministério Público também, não vamos esquecer-nos de mencionar isso com absoluta clareza — não simplesmente para criticar. Estou de acordo com o Dr. Bezerra: segurança pública não é uma responsabilidade unicamente das autoridades policiais, evidentemente, e sim uma responsabilidade de todos. E o Judiciário, quando toma certas decisões liberalizantes, contribui decisivamente para que o quadro se agrave. Interpretações diferentes podem ser dadas ao mesmo texto da lei, mas em certos contextos algumas são inadmissíveis. Por exemplo, o Supremo não pode entender que é válida a progressão de regime em caso de crime hediondo. Pouco importa se o sistema carcerário está superlotado. Nada disso interessa. O importante é que essa decisão repercutiu muito mal em todo o País, embora eu entenda que ela não tenha aplicação imediata.

Foram feitas outras observações que merecem algum comentário. O Dr. Kuehne disse que não há como controlar as ligações de celular. Refiro-me aos bloqueadores de celular. Eu não sei, não conheço a parte técnica, mas se realmente não é possível, há condições efetivas para evitar a entrada dos aparelhos. Essa facilidade de ingresso revela a corrupção de agentes, de pessoas.

Nós sabemos que a realidade é difícil. O que acontece no Rio de Janeiro, por exemplo, em um presídio de segurança máxima, que abriga aquela bandidagem que tem de ser segregada, porque não tem chance de recuperação? Na hora em que o infeliz guarda penitenciário passa pelo corredor o bandido lhe diz: *“Se uma das minhas mulheres for revistada, você ou alguém da sua família vai morrer”*. Com uma



ameaça dessas, vinda de um chefe do crime organizado, é provável que o agente penitenciário, na próxima visita da mulher, não faça qualquer tipo de controle efetivo. Essa é a realidade. Como enfrentar uma questão como essa? E aquele agente é mal remunerado, e sua família provavelmente mora numa área que está sob o domínio do crime — enfim, por tudo isso há essa absoluta facilidade.

Só mais uma questão, para concluir: a Deputado Zulaiê Cobra contestou e — ainda bem! — desmentiu a afirmação de Fleury de que teria havido acordo, mesmo porque isso seria absolutamente intolerável. Essa tal de visita íntima não sei como pode existir. Fiz um curso sobre criminalidade durante 1 ano nos Estados Unidos; lá ninguém cogita da existência dessa tal de visita íntima. Isso é fruto do jeitinho brasileiro, assim como também a permissão, em alguns órgãos do sistema penitenciário, de entrega de drogas, mas só um pouquinho, para acalmar a massa carcerária. São esses procedimentos que nos levam a um quadro completo de degradação, tal como esse em que as autoridades perderam o controle no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de São Paulo isso se estende para Mato Grosso do Sul, Paraná e o restante do Brasil.

Sr. Presidente, encerro dizendo o seguinte: ou tomamos consciência de que a importância, a seriedade e a prioridade do tema exige que busquemos alternativas, ou em breve não teremos mais controle da situação e vamos assistir à vitória do crime organizado em nosso País, com conseqüências que ninguém pode imaginar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Obrigado, Deputado Biscaia.

Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

**O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO** - Sr. Presidente Deputado José Militão, na pessoa de V.Exa. cumprimento todos os Deputados, e na pessoa do Dr. Bezerra cumprimento os Secretários de Segurança, o Dr. Maurício, o Dr. Robson e os demais membros do Governo.

Sr. Presidente, logicamente, tudo foi dito aqui. Havíamos elencado uma série de observações para fazer, Deputado Arnaldo, mas preciso deixar registrado neste momento que muito me preocupa o fato de que reuniões como esta só se realizem quando, infelizmente, algo mais grave acontece. Nesta Casa já participei de inúmeras reuniões da Comissão de Segurança Pública. Já participamos inclusive de



uma Comissão Externa criada para visitar Estados que estavam em crise; no dia seguinte o Presidente do Senado, ou o Presidente da Câmara — não falo dos atuais, mas dos anteriores —, prometia resolver a situação e votar os projetos, mas logo depois o assunto esfriava. Na semana seguinte surgia outra dificuldade, porque alguém da OAB opinava contrariamente; aí também o Ministério Público entendia que não deveria ser assim, e o mesmo dizia o Judiciário; enfim, ninguém se une para resolver o problema. Fica cada um de um lado.

O problema não é o fato de que o crime se organizou, e sim o Estado estar desorganizado. O Poder Público desorganizou-se. Ele, que deveria fazer a defesa total da população, simplesmente desorganizou-se, porque, logicamente, tem outros problemas, outras dificuldades. E aqui, sim, aceito claramente quando o nobre Deputado José Otávio Germano e também o Deputado Fleury defendem a criação do Ministério de Segurança Pública. Logicamente respeito muito o trabalho da CENASP, mas entendo que sem o Ministério de Segurança Pública nada será cobrado neste País, o problema sempre será simplesmente ou deixado de lado ou jogado para o Estado A ou B.

Vemos, porém, que o crime está tão determinado que a ordem de alguém lá em São Paulo repercute em Mato Grosso, no Paraná, e daqui a pouco repercutirá em Santa Catarina, e logo teremos um grande exército paralelo, totalmente organizado, pois o Estado infelizmente desorganizou-se totalmente.

É claro que nós policiais trabalhamos com muita dificuldade. Vejam, por exemplo, quanto ganha um policial militar em São Paulo e quanto ganha um colega da Polícia Civil, um delegado de Polícia Civil, que começava a carreira com R\$ 2.500,00 e agora foi retirado da condição de funcionário de quinta classe e passou para a quarta classe, pois melhorou um pouco o salário desses profissionais. Mas é grave a situação em que vivemos, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, principalmente os policiais militares. E todo policial é vocacionado, mas perde um pouco da vocação, meu amigo Robson, 30 dias depois que ingressa na instituição, quando recebe o primeiro salário, um salário que não dá para o seu sustento. Infelizmente, vocação não paga conta de mercearia. E além disso ele começa a perceber que tem de esconder a farda porque se mostrá-la o crime organizado acaba com ele. É essa a situação em que estamos vivendo.



Não dá para falar em segurança pública enquanto os policiais estiverem recebendo um salário que mal dá para sobreviver. A Polícia Federal vem realizando um grande trabalho. Agora pergunto: por quê? Porque hoje esse segmento recebe bem. Aquele policial pode trabalhar e cuidar, por exemplo, do serviço de inteligência. Enquanto isso, o policial militar, que, infelizmente, recebe hoje R\$ 1.000,00, é obrigado a fazer bico, Deputado Antonio Carlos Biscaia, para receber mais R\$ 1.500,00, e é claro que dá preferência a quem lhe paga mais. Na realidade ele usa a farda, eventualmente a sua função e a sua arma, para fazer bico na porta de uma pizzaria ou de uma escola qualquer. E às vezes ele usa a primeira porque, como é o caso de muitos deles, não tem dinheiro para comprar a segunda.

Lamentamos profundamente essa situação. Da mesma forma, é lamentável ficarmos falando aqui quando há 2 ou 3 dias 40 companheiros foram brutalmente assassinados, e quando dizem que matar um policial num determinado momento é o mesmo que ser perdoado de uma dívida que haveria do outro lado, com o crime. É a situação em que estamos vivendo!

Agora, não podemos, de maneira alguma, ficar de braços cruzados, aceitar que companheiros nossos morram nas mãos de facínoras, de bandidos, simplesmente dizendo que eles se organizaram e o Estado se desorganizou. Não podemos aceitar isso! Entendo que esta Casa tem uma grande responsabilidade. Fiz uma série de discursos nesta tribuna da Comissão de Segurança Pública, da qual faço parte desde o primeiro dia em que cheguei à Câmara, e sempre apresentei sugestões. Infelizmente, o tempo vai passando e vamos deixando isso de lado. Pior: não dá mais para ficar ouvindo comentários como este que ouvi de um juiz na noite passada, na televisão: *“Olhem, isso acontece porque o Legislativo não faz se trabalho”*. Do outro lado o Legislativo diz que a culpa é da Justiça porque a polícia prende e a Justiça solta. Ora, ou nós nos organizamos totalmente e nos juntamos, Ministério Público, Legislativo, Judiciário e Executivo, ou não vamos chegar a lugar algum, e o que aconteceu anteontem vai acabar acontecendo de novo daqui a 1 ou 2 meses, e aí estaremos totalmente nas mãos dos bandidos, porque infelizmente escolhemos o pior caminho, esquecendo que a população quer um mínimo de atenção desta Casa.





Srs. Deputados, temos responsabilidades, sim, e não vamos fugir delas. Não adianta, num determinado momento, o Governo Federal — pelo qual logicamente também temos respeito — simplesmente dizer que se quisermos pode emprestar-nos o Exército para o colocarmos nas nossas cidades. Isso não vai resolver o problema, porque em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, por exemplo, não se refina cocaína. Nossas fronteiras estão abertas, e o crime começa a acontecer lá, nas fronteiras. Vamos pegar o Exército e colocá-lo nas fronteiras, vamos pedir ajuda à Inteligência da Polícia Federal para fechar os nossos aeroportos.

Quero falar ainda do telefone celular. Esse é outro problema que dificilmente se resolve. Como resolver? Conversei com o Dr. Maurício a esse respeito. Eu já tinha apresentado um projeto à Comissão de Segurança Pública, Deputado Antonio Carlos Biscaia. Basta simplesmente que se faça um parecer amanhã e o aprovemos. Estamos num momento muito bom para isso. Vamos empurrar o problema para as operadoras de telefone resolverem, uma vez que não temos a solução. Correto? Por outro lado, ouvi esta manhã uma notícia, num canal de televisão, sobre os Estados Unidos. Lá há 2 milhões de presos, e eles não usam celular. Por que o preso, lá, não tem celular? O motivo é claro, e aqui vai a notícia completa: um preso cumpria pena de 32 anos de cadeia e foi pego com um telefone celular; a pena dele aumentou para 72 anos, e ninguém foi lá para dizer: *“Olhem, a pena não pode aumentar”*. Aumentou, e ele vai cumprir. Correto?

Vejam bem, temos de ser mais rígidos, endurecer a nossa legislação, estar mais próximos disso tudo e mostrar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não querem nem podem fugir deste debate. Há necessidade, sim, de uma perfeita integração: Ministério Público, Legislativo, Judiciário e Executivo.

São estas as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Deputado Gilberto Nascimento, a Presidência informa que já teve início a Ordem do Dia.

Passo a palavra, então, ao Deputado Coronel Alves.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Obrigado, Sr. Presidente Deputado José Militão. Mesmo sabendo que já começou a Ordem do Dia, não poderia deixar de registrar aqui a presença do nosso Secretário de Defesa Social do Estado do



Amapá, o Dr. Pedro Leite, acompanhado do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, Coronel Lindemberg Abel do Nascimento, e do Dr. Paulo César, nosso Delegado Geral de Polícia Civil. Ao cumprimentar essas autoridades, quero estender os cumprimentos a todos os gestores da segurança — ou da insegurança — pública do nosso País.

Antes de entrar exatamente no tema, quero iniciar minhas palavras dizendo que compartilho, se assim posso dizer, a dor dos familiares que perderam seus entes queridos no combate ao crime organizado, mais especificamente nos últimos episódios ocorridos no Estado de São Paulo. Sabemos que isso se vem estendendo ao longo de décadas. Policiais são praticamente abatidos diariamente pelo crime organizado, sejam policiais civis, sejam militares, sejam guardas metropolitanas, sejam até mesmo do Corpo de Bombeiros, que só está ali para ajudar, mas pelo visto vem levando chumbo, infelizmente. Solidário diante dessa dor, pergunto, Deputado Gilberto Nascimento, que é de São Paulo: o pessoal dos direitos humanos foi até lá perguntar algo para os nossos policiais? Nada disso! Mas bater na nossa gente é fácil, e até entendo, porque somos notícia mesmo, e o Presidente Aldo Rebelo sabe disso. O pessoal dos direitos humanos não visitou ninguém que pudesse dar uma nota à imprensa sobre o episódio do Estado de São Paulo.

Cada vez mais vamos ficando somente na fala. Os Deputados que estão aqui há mais tempo do que eu já declinaram seu cansaço, que parece ser de todos. Maior ainda é o cansaço da sociedade brasileira, que está desassistida pelo Estado. E por falar em Estado, quero dizer que na minha avaliação ele deveria jogar duro com o crime organizado. Não deve haver qualquer tipo de acordo nem sugestão para amenizar nada. Tem de jogar duro mesmo, sufocar. É claro que há aqui vários especialistas que sabem fazer isso, sabem até fazer policiamento sem recurso; sabemos até, depois do juramento que fazemos quando entramos na Polícia, Civil ou Militar, colocar a vida em sacrifício para defender a sociedade, e temos feito isso ao longo dos anos.

Sempre é tempo para pensar, e eu não paro de pensar sobre o que fazer disso tudo. Diferentemente do que disse o Deputado Alberto Fraga, que não está presente, mas vai ficar sabendo que eu discordo de sua opinião, acho que o Parlamento tem feito algo, sim. Temos discutido isso há muito tempo. Este é o meu



primeiro mandato. Há 3 anos e meio não se fala em outra coisa, até mesmo fora das crises. Parece até que existe alguém com aquele sentimento do tipo “quanto mais sangue melhor”, mas é o sangue dos nossos policiais, sejam civis, sejam militares, sejam guardas metropolitanos, sejam bombeiros, que está sendo derramado em defesa da tão aclamada paz, da chamada ordem social. Mas existe gente que só pensa em números — e aqui vai a primeira crítica que faço ao Governo Federal, mesmo sendo da base de sustentação do Governo: contingenciar recursos de educação, saúde e segurança é querer viver o que vivemos hoje no País.

Não dá mais para os nossos burocratas e Ministros que só pensam em números fazerem contingenciamento e superávit primário enquanto nosso povo continua desassistido. E, o que é pior, o povo que precisa de defesa vê os policiais, em todos os níveis, morrendo, deixando órfãos e viúvas, enquanto essa gente fica pensando em contingenciamento. Que palavra maligna!

Agora vamos discutir o que fazer, para onde vamos e que propostas deveremos apresentar. O preço disso tudo é alto. Nem existe uma cifra. Quanto vale uma vida? Quanto vale a sensação de segurança de cada um de nós? Na verdade, segurança parece algo meio abstrato. Temos de trabalhar a sensação de segurança em todas as áreas: saúde, educação e segurança pública. Essa sensação é que está sendo violentamente roubada da sociedade brasileira, especialmente nos Estados que estão sob a égide do crime organizado. Mas já tivemos outros momentos também no Nordeste, no Centro-Oeste, e nada foi realizado por quem de direito, ou seja, os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Foram aplicados R\$ 0,62 por habitante na segurança pública. Isso realmente é tratar o povo brasileiro com descaso! Mas tenho certeza de que ainda não podemos perder a esperança. Podemos estar cansados, mas precisamos ter esperança, trabalhar, discutir. O que nos resta, se tivermos um pouco de boa vontade, é aprovar a PEC do Deputado João Campos, que defende a verba carimbada. Mas prestem atenção: se não for aprovado o que vier do Senado, aí vou dizer que não estou aprendendo coisa alguma. A idéia inicial foi do Deputado João Campos, que trouxe a proposta para cá, mas o texto deve vir do Senado, porque senão não se valorizará a ação do Parlamentar. Eu mesmo, por exemplo, já apresentei um projeto de lei sobre a venda dos remédios fracionados que foi



aprovado em toda a tramitação, e o Governo editou um decreto sobre a mesma questão. Essa é uma idéia nossa! Se alguém pensou, não escreveu, mas eu tive a oportunidade de escrever, e veio o decreto do Governo Federal! Então, faço esta crítica contundente ao Governo Federal.

Temos que ficar atentos, Deputado Alberto Fraga, e aprovar um dos instrumentos que poderá estabelecer a ordem social, que é o investimento na segurança pública. Essa verba carimbada é o que todos nós desejamos, e é uma proposta do Deputado João Campos, que todos assinamos também.

Não gostaria de falar só sobre o que está acontecendo hoje aqui. Às vezes, dirigindo-me até aos sociólogos, os grandes entendidos sobre segurança pública que existem pelo País afora, e até do exterior já começam a vir — estão até fazendo transferência de jornalista de Bagdá para cá; o negócio está ficando bom! —, até ouvindo um pouco a opinião deles, é claro e todos sabemos que a diminuição da desigualdade social, uma melhor distribuição de renda, uma melhor educação, a valorização da família, o lazer, o esporte, a cultura, a geração de emprego, tudo isso faz diminuir, sim, essa grande violência. Mas não quero entrar exatamente nesse detalhe. Quero dizer que ou nós, aí incluído o Estado brasileiro, adotamos uma ação forte, dura, agora, já, ou isso vai transformar-se no cotidiano do povo brasileiro, e aí os políticos demagogos vão subir nos palanques e dizer que vão resolver tudo.

Portanto, a nossa ação, como Parlamentares, além de fazer projeto de lei, acompanhar e fiscalizar, é estar lá, como disseram os Deputados Gilberto Nascimento e Alberto Fraga, no Governo Federal. Faço até uma sugestão para V.Exa., que está presidindo esta Comissão, no sentido de que peça uma audiência urgente ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República para expor nossa forma de pensar e dizer como estamos consternados diante de tudo isso que está acontecendo. Todos da Comissão de Segurança Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e o pessoal do Senado, vamos levar essa fala de repúdio do que está acontecendo ao Presidente da República.

Finalmente, dentro das propostas, concordo plenamente, Deputado Gilberto Nascimento, com o Ministério de Segurança Pública. Recentemente estive visitando o Canadá, juntamente com vários Parlamentares, e lá apresentaram-nos uma formatação do Ministério de Segurança Pública. Esse Ministério está caminhando



muito bem. É claro que existem outras particularidades. Também podemos caminhar bem com o Ministério de Segurança Pública aqui.

Investimento orçamentário sem verba contingenciada, ou seja, verba carimbada, eu também penso que seja outro encaminhamento, como proposta, que todos nós já discutimos. Outra coisa: bandido bom é bandido preso, com o Estado realmente fazendo o papel de polícia, que é o seu papel, e certeza de punição.

Eram essas minhas palavras. Repito que estamos aqui solidários às famílias que tiveram seus entes abatidos no Estado de São Paulo pela dor que vivem hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Presidente.

Permitam-me começar contestando uma afirmação do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Mas antes eu também gostaria de cumprimentar os demais Parlamentares, a Mesa, os representantes do Governo e os Srs. Secretários presentes.

Na semana passada, Sr. Presidente, na sala em frente, participamos da reunião da CPI do Tráfico de Armas — da qual V.Exa. faz parte — em que foi ouvido o Chefe do DEIC de São Paulo, Godofredo Bittencourt. Ele, mal iniciou o depoimento, disse algo em voz baixa ao Presidente da Comissão, que imediatamente determinou que a sessão dali em diante fosse reservada, que se esvaziasse a sala, desligassem-se os microfones e fechassem-se as portas. Por quê? Porque o PCC estava do lado de fora. O próximo depoimento seria o de Leandro, um dos líderes do PCC.

Notem a dimensão da ousadia: o PCC, por intermédio de 2 advogados, estava espionando uma CPI da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional. Daí a pouco o Chefe do DEIC saiu, logo depois voltou — chamo a atenção para esta informação — e disse: *“Vamos ter problema em São Paulo”*. Ele disse isso 48 horas antes, na presença de todos nós. Deve estar nas notas taquigráficas. *“Por quê?”* *“Porque estamos fazendo um remanejamento e o Governador já chamou um especialista em PCC para poder exatamente passar a informação. Está*



*acontecendo um movimento nas penitenciárias e presídios e nós vamos ter problema.”*

Em seguida fui para São Paulo e por acaso sentei-me ao lado do delegado, que me pareceu uma boa pessoa, um bom profissional, e relatou-me uma série de outras coisas. O que chama a atenção, e é evidente que caberia aqui a defesa e o ponto de vista do Delegado Godofredo, é o seguinte: informação havia, tanto que dei o testemunho aqui do que aconteceu. É evidente que se pode achar que se domina o processo, a dinâmica, ou então se pode ser surpreendido, porque foi muito além.

Sr. Presidente, depois que tantos Deputados especialistas e mais qualificados na área do que eu falei, quero fazer uma observação de ordem política, e não de ordem técnica, especializada. Estamos conseguindo, em torno desta crise, produzir uma unidade entre o Governo e a Oposição. Ainda há pouco ouvi um discurso do Senador Arthur Virgílio, discurso esse que assino embaixo. S.Exa. disse que Governos anteriores, inclusive o de que foi Ministro, e eu também, ficaram aquém do desafio da segurança, e, com todo o respeito aos representantes do Governo, o atual também. É preciso deixar claro que aqui não se trata de guerra política, tampouco de levar vantagem política. Os Governos Itamar, Collor, aquele ao qual servi, Fernando Henrique, e o atual ficaram aquém. Não é que não tomem iniciativas, pois tomam. Não é que não existam homens de boa vontade e capacidade, pois existem, mas ficam aquém. Acho importante aproveitar o momento em que se produz esta rara unidade. Para fazer o quê? Aí é que vem a pergunta: o que é possível fazer?

Para encerrar, Deputado Coronel Alves, quem não quer um piso básico para os policiais? Todos queremos. Quem não quer a unificação da formação, um ciclo básico comum para as Polícias? Todos queremos. Quem não quer a unidade das informações? Todos queremos. Quem não quer o mapeamento? Todos queremos.

Vou parar por aqui. Eu só acho e coloco em discussão o seguinte: a possibilidade do salto advém do que o Deputado João Campos disse e propôs por iniciativa própria. Pode ser o texto do Senado, pode ser o seu; isso não vem ao caso, mas a possibilidade de mudar o sistema — e digo isto, se me permitem, como alguém que passou 10 anos no Governo — é via emenda constitucional, senão vamos fazer uma série de coisas altamente confusas. Vão sair iniciativas boas do



Senado e também daqui. Sei que V.Exas. vão dar a sua contribuição. Mas se queremos um marco, se queremos um sistema que dê um salto, a exemplo do que o SUS representou para a Saúde, a exemplo do que o FUNDEB representou para a Educação, saibam que não vai haver esse sistema, porque não foram os senhores que esconderam o SUSP, um excelente projeto. Novamente, não estou fazendo disputa alguma. Isso foi subtraído pela área econômica, como também outras iniciativas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Não adianta transformar a área econômica no ogro, porque ela tem que lidar com uma realidade. Engessar o Orçamento é um dos problemas centrais que temos para as políticas públicas. Se queremos dar um salto, pode ser agora, pode ser o futuro Presidente, não se vai fazer o sistema de segurança se a União, se os senhores que estão aqui ou seus sucessores não tiverem condições derivadas do uso de recursos para negociar com os Estados, estabelecendo o sistema. O que se vai fazer com o Estado de São Paulo quando se tem um Fundo Penitenciário que aplica uma quantia importante, de R\$ 60 milhões, quando seu orçamento é R\$ 6 bilhões? Como conformar um paquiderme desse com um trocado? Não se conforma.

Isso não é problema dos senhores. Novamente, foge aqui qualquer espírito de fazer disputa. Não vai ser por aí. É preciso entendermos que essas 50 e tantas Polícias Cíveis e Militares e as demais polícias só vão articular-se, só vão sair da ajuda ou da cooperação que temos, mas que não é ajuda e cooperação, para um sistema, que é outra coisa, se houver realmente um Governo Federal com instrumentos para produzir a indução da criação desse sistema. Conheço os papéis que os senhores cumprem, porque já fiz esse mesmo papel. Evidentemente temos de fazer a defesa, explicitar, dizer o que foi feito, e não cabe aqui desconhecer que muito foi feito, mas não demos o salto de qualidade que desejamos. Há unidade política para produzir esse fato? Geramos isso, para produzir esse fato? Se geramos, daremos o salto; se não, vamos, à margem, trazer uma conquista, uma legislação aqui, uma melhora lá, um Código Penal ali, um descontingenciamento daqui a pouco, mas esta realidade não muda.



Fundamental para mudar é Governo central com instrumentos, com recursos na mão, com projetos, negociando com a Federação para fazermos aquilo que desejamos. Era o que queria deixar como contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO** - Sr. Presidente, quero fazer um alerta. Vou na contramão dos demais: não precisamos de novas leis, mas de revogar muitas das que estão aí.

Ao longo dos últimos 10 anos, nos Governos FHC e Lula, o Estado foi aparelhando-se de leis que servem para inibir o combate à criminalidade. Quase aprovaram, no referendo, a proibição da venda de armas. Há mais um projeto sobre o qual falarei rapidamente. A ementa é muito bonita: *“Do Sistema Nacional de Prevenção da Tortura”*. Aplica-se basicamente ao Agente Público de Segurança. Esse projeto cria o Sistema Nacional de Prevenção da Tortura. Não vou lê-lo nem discuti-lo; vou citar somente alguns pontos: compete ao Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura conhecer denúncias sobre prática de tortura por parte de agentes públicos; compete-lhe também realizar inspeções nos locais de custódia de pessoas e delegacia de polícia, zelar pela expedição e celeridade dos procedimentos para apurar sanções disciplinares contra agentes públicos, propor ao Governo Federal o pagamento de indenização para vítimas de prática de tortura — ou seja, a família de qualquer preso que venha a falecer será indenizada.

Vale lembrar que, embora alguns pensem que essa tortura é a do pau-de-arara, não, é tortura mental e psicológica também. Em Brasília houve o caso de um policial militar que deteve um marginal e, como não tinha algemas, conduziu-o sob a mira de uma arma até a autoridade competente, e quase foi preso por prática de tortura psicológica e mental. O policial não deveria ter conduzido aquele marginal com a arma apontada para ele.

O projeto dispõe também sobre a criação dos Núcleos Comunitários de Prevenção da Tortura, constituídos por cidadãos voluntários, e esses voluntários podem realizar inspeções em locais de custódia de presos, em delegacias de polícia, com livre acesso, sem prévio aviso, a todos os recintos policiais e penitenciários, viaturas de serviço etc. Esses núcleos também têm de zelar pela





observância dos direitos dos custodiados e encaminhar representações em caso de violação. E cria também uma base de dados com informações dos custodiados. Nessa base de dados tem de constar o estado físico e mental do preso, o momento de sua detenção, data e hora, movimento do custodiado, nome do agente responsável pelo interrogatório, a descrição da circunstância. Há uma série de regras. Não sei como elas serão cumpridas. É lógico, isso vai acarretar a nulidade do processo, com toda a certeza, talvez por omissão do agente, que terá incorrido em falta disciplinar grave.

Há mais um absurdo: nada pode ser utilizado contra o custodiado em qualquer fase do processo. Não se pode levar em conta, nesse cadastro, os antecedentes criminais do custodiado que porventura estejam escritos ali.

Vou citar só mais uma, já que tanto se diz que ninguém pode ser condenado antes de a sentença final transitar em julgado: no art. 14 estabelece-se que quando houver indícios suficientes de autoria, o agente público a quem eles atribuem a prática de tortura física, mental ou psicológica, até mesmo se fizer uma careta para o preso, com toda a certeza, será afastado de suas funções, sem porte de arma.

É um absurdo esse projeto, que passou em todas as Comissões. Esse projeto simplesmente vai inviabilizar o trabalho da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos agentes penitenciários. É o fim da picada! O projeto foi de um grupo de Deputados do PT, entre os quais Sigmaringa Seixas, Luiz Couto e outros, e o mote principal é indenizar torturados. Como acabou a questão da anistia, como o que a União deve gastar, teoricamente, até o final do ano que vem, R\$ 5 bilhões, cria-se uma nova fonte de renda para esse pessoal.

Nem vou entrar em detalhes de como os policiais militares são tratados no Tribunal de Júri do Rio de Janeiro. É um absurdo! A legislação praticamente acabou com a Justiça Militar, que tem de voltar. Não podemos ficar expostos a esse pessoal que nos julga. O policial militar que raciocina, que pensa, que é inteligente, não vai poder deter ninguém, porque ele vai estar incorrendo, com toda a certeza, em um ou outro local, em omissão ou em excesso, seja o que for.

O Deputado Gilberto Nascimento perguntou de quem é a lei. É natural isso aqui, Gilberto. Então, o que acontece? Geralmente, quando as Comissões ficam esvaziadas — somos 3 ou 4 Deputados aqui — é que são aprovados esses projetos.



Fala-se muito em prevenção. Ora, os senhores têm de se prevenir contra projetos como esse nesta Casa, do contrário cada vez que conseguirmos aprovar um projetinho que possa ajudar serão aprovados 10 aqui para atrapalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Campos) - Com a palavra o Dr. Francisco Glauberto Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários, para uma observação.

**O SR. FRANCISCO GLAUBERTO BEZERRA** - Estou bastante surpreso, porque hoje a visão que está sendo construída é a de direitos humanos integrais. Eu disse no início: não só para bandidos, mas para as vítimas também. Infelizmente, só nos resta o art. 245 da Constituição, porque, apesar de o art. 5º no seu *caput* estabelecer que todos somos iguais perante a lei, a Justiça só busca a proteção de quem comete o delito, o agente do delito. A Resolução da ONU nº 4.034, de 1985, cuja rubrica é dos Direitos Fundamentais da Vítima do Delito e do Abuso do Poder, mostra exatamente o inverso: que quem defende efetivamente os direitos da sociedade, como eu disse aqui no início, são os agentes da lei.

Quem defende o direito à vida, à saúde e à liberdade são os agentes da lei. Há alguém que exacerba? Que seja punido. Mas não se pode, em absoluto, com todo o respeito — e agora estou falando não como Secretário, mas como professor de Direito —, deixar de implantar no Brasil essa visão, não tão nova, de direitos humanos para todos, e não apenas para uma parcela da sociedade. Isso é uma afronta à sociedade brasileira, porque quem tortura não é mais só o Estado.

Aliás, a ONU reconhece isso por meio de resoluções. O que dizer, por exemplo, do seguinte caso: não faz 1 mês, 4 mulheres foram estupradas quando vinham da faculdade. Quatro bandidos pararam o carro e estupraram-nas. Uma delas estava grávida, uma outra foi estuprada porque era esposa de um policial. Ela, infelizmente, disse que era esposa de policial, e um dos estupradores disse-lhe que só por isso ela ia sofrer mais, e a grávida também. Um deles, quando foi preso, ainda estava com as vestes íntimas ensangüentadas de uma delas. Aí, a pergunta é: só o agente da lei tortura? E o bandido não tortura? O que dizer do caso Marcola, agora, dos nossos policiais que estavam trabalhando e foram mortos no meio da rua? O que dizer dos órfãos desses nossos policiais, ou dos órfãos dos civis que foram assassinados?



Com todo o respeito aos autores desse projeto, é interessante que ele seja reavaliado. O Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública solicita à Presidência o acompanhamento da Comissão. Nós que combatemos o crime diariamente, que vivenciamos os dramas individuais, apesar de pensarem por aí que policial não pensa, não estuda, temos entre nós muitos estudiosos, a exemplo do Deputado Fleury, que elaboram doutrina, que inclusive exportam doutrina para outros países, como, por exemplo, a nova doutrina da Segurança Cidadã, e temos o maior prazer de apresentar sugestões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito obrigado, Sr. Francisco Glauberto Bezerra.

Passo a palavra ao nobre Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convidados, senhores que compõem a Mesa, vou ser breve. Inicialmente quero dizer que a cada dia a postulação de criação do Ministério de Segurança Pública cresce nesta Casa. Penso que daqui a pouco será um consenso. Então, precisamos aproveitar o momento político das eleições para que todos os candidatos à Presidência da República possam incorporar essa questão nas suas propostas. Parece-me que o momento é muito propício para isso.

Os problemas na área de segurança pública são inúmeros. Essa é uma questão muito complexa, não requer uma única iniciativa como solução. Todos sabemos disso. Estou falando, nesta Comissão, de coisas muito simples. Portanto, para melhorar o sistema, precisamos de um conjunto de medidas. É verdade que temos medidas imediatas, mediatas, e medidas de longo prazo, medidas que dependem dos Poderes Legislativo e Executivo nos mais diversos níveis, medidas que dependem das próprias instituições policiais. Portanto, é um conjunto de fatores.

Sou otimista. Esta Casa tem trabalhado, particularmente esta Comissão, em projetos que versam sobre a segurança pública. Muitos deles já foram apreciados aqui, mas estão parados nas Comissões subseqüentes, ou aqueles que não têm caráter conclusivo terminam parando porque o Plenário da Casa acaba funcionando só para apreciar medidas provisórias. Aliás, este é o Governo campeão de medidas provisórias. Assim fica impossível votar outro tipo de projeto.



Lembro-me de que no episódio de 2002 — eu não era Deputado, mas acompanhei de perto a morte de Celso Daniel, caso que já foi comentado aqui — o Congresso Nacional criou uma Comissão Especial Mista de Segurança Pública, presidida pelo então Senador Iris Rezende, que tinha como Relator-Geral o Deputado Moroni Torgan. Para cada área designou-se um Sub-Relator, entre eles o Deputado Fleury, salvo engano para a área de penal e processo penal. Elencaram-se 29 projetos que se entendia serem prioritários para a segurança pública no Brasil. A Comissão trabalhou com muita prioridade durante 30 ou 60 dias. Quase todos os projetos foram apreciados por aquela Comissão. Aproximavam-se a Copa do Mundo e as convenções partidárias. Quatro anos se passaram, e esse trabalho cessou.

Esta Legislatura deu continuidade a alguns projetos. Poucos deles foram aprovados até a fase final e foram à sanção do Presidente da República. A maioria deles está parada em Comissões, aguardando pauta para o Plenário, entre eles 8 projetos que versam sobre a reforma processual penal, 7 dos quais objeto de consenso, ou de quase consenso. Apenas sobre um havia um embate diferenciado, porque se tratava de inquérito policial, de investigação, o que motivou o embate diferenciado, mas os outros não. Até hoje eles não entraram em pauta, e já estamos caminhando para o final da Legislatura. De lá para cá passamos por outras crises, mas esta foi a de maior proporção.

Particpei, por um instante, da reunião do Colégio de Líderes, da qual não saí entusiasmado. Tenho conhecimento do trabalho que o Senado está realizando. Precisamos ter esperança e tentar avançar no momento da crise, mas eu tenho preocupações. Há colegas de Parlamento que querem apenas aproveitar o momento para os holofotes, em benefício próprio. Alguns apresentam projetos de última hora para aproveitar o momento e marcar um tento, tendo em mira as eleições. Este tem de ser um trabalho mais conseqüente.

Embora nós precisemos de um conjunto de medidas para melhorar o sistema de segurança pública, preocupa-me que uma crise dessa natureza de repente o próprio Congresso Nacional avoque para si, como se fosse o causador desta crise. A crise é fruto da ausência de normas. Nós temos uma crise normativa. Toda esta crise decorre da falta de lei. Assim, o Congresso Nacional tem de correr,



rapidamente reunir-se, eleger os projetos prioritários, colocá-los em regime de prioridade e votá-los.

O campo normativo tem sua parcela de contribuição, mas — quem sabe? — talvez a menor participação nesta crise seja a do campo normativo. A menor parcela cabe a nós. Ouvi, salvo engano, o Deputado Fleury dizer que não adianta haver dinheiro se não houver política pública. As políticas públicas existem e existiram nos Governos anteriores, e existem neste. Vamos ao Ministério da Justiça. Todas as políticas, os projetos, os problemas estão definidos.

O mal deste Governo e dos Governos anteriores na área da segurança pública é que se elaboram os projetos mas eles não são executados, não se criam meios para executá-los. Eles estão aí. É como se o cidadão fosse a um médico, recebesse o diagnóstico, o médico passasse a receita, mas o cidadão não comprasse os remédios, ficasse apenas com a receita, com aquele papelzinho com a escrita do médico, que não cura ninguém. Essa é a nossa realidade na área da segurança pública.

Tenho participado da discussão desse tema com muita intensidade. Fizemos um seminário aqui em 2004, com todos os Secretários de Segurança Pública do País, com os Comandantes da Polícia Militar, bombeiros, Secretário de Justiça. O seminário foi realizado não para lamentar ou criticar, mas para construir saídas. Todos nós estamos convencidos de que, apesar de haver dificuldades na área de gestão, no campo normativo, o principal gargalo da segurança pública brasileira chama-se dinheiro, financiamento. Eu estou absolutamente convencido disso.

A questão de dinheiro e financiamento não é afeta a esta Casa. O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda nos Estados não se reportam a Deputados. Não somos nós quem os nomeamos, eles não obedecem a nós. O Tesouro não está no Legislativo. O problema principal é dinheiro. Uma das medidas urgentes para dar respostas à criminalidade, medida que não tem segredo, é a polícia nas ruas. Para termos a polícia nas ruas, precisa-se de lei? Não. Precisa-se de dinheiro para combustível, para viatura, daí por diante. Não é preciso lei.

A questão dos celulares, de drogas e armas nos presídios precisa de lei? Não. É questão de equipamento, de tecnologia de ponta. Precisa-se de dinheiro



para tal. Para ter pessoal qualificado, serviços de inteligência, com estrutura e tecnologia de ponta, precisa-se de dinheiro — e não de lei.

Preocupou-me o fato de que uma das questões levantadas no Colégio de Líderes hoje à tarde foi no sentido de aprovar urgentemente um projeto de lei para criminalizar o uso de celulares dentro de presídios. Desculpem-me, mas fiquei quase descrente com uma sugestão dessa. Porventura os presos estão usando celular dentro de presídio por ausência de uma lei que determine que isso é crime? Ah, paciência! Que essa lei possa até vir, mas não é isso o que importa! É porque as administrações dos presídios, das cadeias, das penitenciárias, estão permitindo isso, por ausência de efetivo suficiente, por ausência de tecnologia, daí por diante — mas estão permitindo. Não é por falta de uma lei que criminalize.

E poderíamos enumerar várias outras providências simples, corriqueiras, do dia-a-dia, que estão acontecendo por aí e que não dependem de lei. Revista pessoal nas visitas e em outras pessoas com cuidado, com critério, enfim, com muito zelo, depende lei? Depende de lei coisa nenhuma!

Precisamos, de fato, num primeiro momento, de dinheiro. Todos nós, especialmente aqueles que operam na área da segurança pública, sabemos o que temos de fazer.

No sistema penitenciário brasileiro, no sistema prisional, o principal gargalo é a construção de cadeias, de penitenciárias, de presídios de segurança máxima. Isso depende de lei? Não. Depende de dinheiro. Tecnologia, recursos humanos para qualificar o nosso pessoal, para contratar mais gente, pagar bons salários, tudo isso depende de lei? Depende de dinheiro. A crise, portanto, não está aqui no Congresso Nacional nem é de natureza normativa.

Precisamos dar a nossa contribuição. Se o Congresso Nacional quisesse contribuir de forma mais efetiva, além de priorizarmos alguns projetos, haveria outro caminho. Seria o caso de o Senador Renan Calheiros, o Presidente Aldo Rebelo, junto com esse colégio de operadores da segurança pública, Secretários de Justiça e Segurança Pública, irem diretamente ao Presidente da República levar essa causa. Não podemos fazer papel — desculpem-me a expressão — de bobos, como se nenhum de nós estivesse entendendo o que de fato é preciso fazer, quais são as ações concretas. Isso me preocupa.



Lembro que elencamos aquele documento em relação à questão dos recursos vinculados. Existem diversas propostas de emendas constitucionais em tramitação nesta Casa e no Senado — Senadores Romeu Tuma, Renan Calheiros, para não citar outros autores. A questão de contingenciamento de recursos, aprovamos em 2004, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por iniciativa desta Comissão, com apoio do Ministro da Justiça, que me disse que havia consultado o Presidente da República. Aí conseguimos levar essa matéria para a Comissão Mista de Orçamento e se inseriu um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias para que os recursos da área de segurança pública — Fundo Nacional de Segurança Pública, Fundo Nacional Antidrogas, Fundo Penitenciário, Fundo de Equipamento da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal — não fossem objeto de contingenciamento. Fizemos isso a quatro mãos com o Governo. Tudo aprovado. Subiu à sanção do Presidente Lula. Veio uma nota técnica dos Ministros do Planejamento e da Fazenda informando que, embora o Presidente da República já tivesse dado a palavra a nós e ao Ministro da Justiça, S.Exa. vetou a matéria. Como podemos avançar?

Lembro de outra sugestão objetiva, concreta, nessa área, que era repactuar a dívida dos Estados com a União, de tal forma que 1% ficasse nos Estados para investimento na área de segurança pública, algo que não comprometeria a política fiscal do Governo.

Uma outra proposta era no sentido de que recursos do PASEP fossem destinados para formação e qualificação de policiais — sem nenhuma consequência.

E uma outra, quem sabe, um pouco mais difícil: que parcela dos recursos oriundos da CPMF também fosse destinada à área de segurança pública, até porque esta tem repercussão nos gastos com a saúde pública — também sem nenhuma consequência.

É difícil avançar, mas não podemos perder a esperança. Cada um de nós deve continuar cumprindo com o seu papel. Nossos policiais estão pagando o preço com a própria vida, e muitas vezes sem serem reconhecidos pelos governantes e pela própria sociedade.

Que Deus nos ilumine para encontramos melhor caminho.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - A Presidência agradece ao Deputado João Campos as palavras.

Com a palavra, para fazer seus comentários finais, o Sr. Francisco Glauberto Bezerra, Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Em seguida, ouviremos o Sr. Robson Robin da Silva, da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

**O SR. FRANCISCO GLAUBERTO BEZERRA** - Sr. Presidente, Deputado José Militão; Deputado João Campos; Srs. Robson Robin e Maurício Kuehne.

Agradeço à Comissão o carinho com que nos receberam e acolheram nossas proposições. Tenham a certeza de que as discussões aqui travadas contribuirão para a construção de uma nova segurança pública. O dia foi extremamente proveitoso, apesar das dissensões. O debate serviu para explicitar a visão — e até bem pouco tempo parecia que falávamos no deserto — de que direitos humanos não valem apenas para bandidos, mas também para a sociedade, para todos. Perdoem-me a repetição.

Sr. Presidente, reitero a solicitação do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública no sentido de que um de seus membros estabeleça ligação com a Comissão, a fim de contribuirmos, de alguma maneira, para a melhoria da segurança pública. O Brasil só tem a agradecer a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito obrigado, Sr. Francisco Glauberto Bezerra.

A Presidência registra a presença dos agentes penitenciários federais que irão trabalhar em Catanduva e em Mato Grosso. Sejam bem-vindos.

Passo a palavra ao Sr. Robson Robin da Silva, da SENASP.

**O SR. ROBSON ROBIN DA SILVA** - Sr. Presidente, em nome da Secretaria Nacional de Segurança Pública, agradeço a V.Exa. o convite para participar desta audiência. V.Exa. sempre tem convidado representantes da Secretaria, o que muito nos honra. O Secretário pediu-me que justificasse sua ausência. Ele está fora do País, justamente em busca de inovadoras experiências em segurança pública. Deve retornar ao País na madrugada de amanhã.





Em nome da SENASP, portanto, do Ministério da Justiça, registro nosso agradecimento. Sentimo-nos honrados com o convite. Estaremos sempre à disposição de V.Exas. Do debate altamente qualificado promovido por V.Exas., extraímos notas a serem consideradas no nosso dia-a-dia, na condução dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito obrigado, Sr. Robson Robin da Silva.

Com a palavra o Sr. Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional.

**O SR. MAURÍCIO KUEHNE** - Sr. Presidente, senhoras e senhores, agradeço a V.Exas. a oportunidade de participar desta reunião. Procuramos aqui fazer o retrato eminentemente objetivo da questão carcerária, dos problemas que assolam o País. A reflexão dos eminentes Deputados que compõem esta Comissão por certo fará com que alguma medida seja tomada, para que não venhamos novamente a ter a desdita do enfrentamento desses aspectos.

Sr. Presidente, registro, com muita satisfação — conforme V.Exa. já anunciou —, a presença dos agentes do sistema penitenciário federal que irão trabalhar, num primeiro momento, na penitenciária de Catanduva, e em seguida, alguns, senão todos, na penitenciária federal de Campo Grande. A turma é composta por 172 agentes, se não me engano, que será complementada com outros tantos. A previsão, com a implantação inicial do sistema, é contarmos com 5 unidades e em torno de 1.200 agentes penitenciários. Isso representa um verdadeiro embrião do sistema penitenciário federal.

Mais uma vez, em nome do Departamento Penitenciário Nacional, agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e à douta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Muito obrigado, Sr. Maurício Kuehne.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião. Antes, porém, convoco reunião ordinária para amanhã, às 14h30min, para tratarmos da deliberação de proposições em pauta já divulgada.

Está encerrada a reunião.